

ROBERTO CAPPELLI SOZZI

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA REGULAR

PUCSP - 2012

ROBERTO CAPPELLI SOZZI

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA REGULAR

Monografia apresentada à PUC-SP como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual. Trabalho orientado pela Profa. Dra. Maria Teresa Baptista Oliveira.

PUCSP – 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A Deus, primeiramente pela saúde
à querida professora Maria Teresa pelas sábias orientações
à minha noiva Kátia pela paciência e carinho

SUMÁRIO

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA REGULAR.....	01
CAPÍTULO 1 – O QUE É SURDEZ?.....	03
1.1 – Causas da Surdez.....	06
1.2 – Concepções de Surdez e de sujeito Surdo.....	07
CAPÍTULO 2 – UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	10
CAPÍTULO 3 – ABORDAGENS EDUCACIONAIS UTILIZADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS SURDAS.....	15
3.1 – Abordagens Orais.....	15
3.1.1 - Uni Sensorial.....	15
3.1.2 – Multissensorial.....	16
3.2 – Comunicação Total.....	16
3.3 – Bilinguismo.....	18
CAPÍTULO 4 – BASES PARA A INCLUSÃO DE SURDOS NA ESCOLA REGULAR.....	20
4.1 – Orientações aos pais.....	20
4.2 – Orientações às escolas inclusivas.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
BIBLIOGRAFIA.....	28

RESUMO

Este trabalho pretende discutir questões relacionadas à inclusão de surdos na escola regular considerando que a inclusão de uma criança surda no contexto escolar regular é um processo complexo que demanda muito mais fatores que simples colocação de um intérprete em sala de aula.

Serão abordadas a História da Educação dos Surdos e as abordagens Educacionais utilizadas para o desenvolvimento da criança surda, mostrando, dessa forma, o caminho que a educação dos surdos percorreu ao longo da História. Além disso, serão definidos: o conceito de surdez, as suas especificidades e as concepções de sujeito surdo.

Pretende-se esclarecer que o processo de inclusão de uma criança surda na escola regular é complexo e difere muito de outros processos de inclusão (cegueira, dificuldades motoras) por conta da especificidade que carrega a surdez: a falta de uma língua, por meio da qual os surdos possam interagir e construir conhecimento linguístico e de mundo.

Por fim serão discutidas as bases necessárias para a inclusão de crianças surdas na escola regular.

Palavras chaves: Educação de Surdos, Inclusão Escolar.

O PROCESSO DE INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA REGULAR

O processo de inclusão de uma criança surda na escola regular é complexo e difere muito de outros processos de inclusão (cegueira, dificuldades motoras) por conta da especificidade que carrega a surdez: a falta de uma língua, por meio da qual os surdos possam interagir e construir conhecimento linguístico e de mundo.

A surdez exclui o sujeito surdo da língua usada na escola e na sociedade: deve-se considerar que a maior parte dos surdos vem de famílias ouvintes, que usam a Língua Portuguesa na forma oral, inacessível a quem não ouve. A escola, da mesma forma, não utiliza a Língua de Sinais como língua majoritária e sim a Língua Portuguesa oral, o que mais uma vez exclui o indivíduo surdo, desta vez, do processo educacional.

Este trabalho pretende discutir questões relacionadas à inclusão de surdos na escola regular considerando que a inclusão de uma criança surda no contexto escolar regular é um processo complexo que demanda muito mais fatores que simples colocação de um intérprete em sala de aula.

A inclusão de um surdo na escola regular passa pelo direito do surdo poder utilizar sua língua no processo educacional. Deve-se considerar ainda, que esta criança possui especificidades linguísticas, por conta da surdez, que alteram de forma significativa o seu desenvolvimento.

A possibilidade de escolaridade na Língua de Sinais está contemplada no decreto no. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta o uso da Língua Brasileira de Sinais (Brasil, 2005) No capítulo V, artigo 22, este documento determina que: “as instituições federais de ensino, responsáveis pela educação básica, devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva por meio da organização de:

I – escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II – escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

A Declaração de Salamanca afirma em seu artigo 19 que: “Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso a educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares”.

No presente estudo, por meio de uma pesquisa bibliográfica, primeiramente iremos explicar o que é surdez e qual é a concepção de Sujeito surdo e quais são as suas especificidades. Em seguida, será vista a História da Educação dos Surdos e as abordagens Educacionais para o desenvolvimento das crianças surdas.

Finalmente serão colocadas as bases necessárias para a inclusão de crianças surdas na escola regular.

CAPÍTULO 1 – O QUE É SURDEZ?

Surdez é a redução da capacidade para ouvir sons. Ocorre em diferentes graus de intensidade, devido a fatores que afetam a Orelha externa, média e/ou interna. Surdez, não significa MUDEZ, ou seja, não necessariamente um indivíduo que não escuta estará impedido de emitir a fala. Pelo contrário, na maioria das vezes eles conseguem emitir fala, entretanto, incompreensível.

O Sistema Auditivo é composto por Orelha Externa, Orelha Média e Orelha Interna. A Orelha externa é (OE) é composta por pavilhão auricular, conduto auditivo externo e membrana timpânica. A Orelha externa tem a função de captar as ondas sonoras que entram pelo conduto auditivo externo e levá-la até a membrana timpânica, provocando a vibração da mesma.

Na Orelha média, os três ossículos, martelo, bigorna e estribo, que são os menores ossos do corpo humano, recebem a vibração da membrana timpânica e a transmite para a orelha interna.

A Orelha interna é formada pela cóclea vestibular e canais semicirculares. A vibração transmitida pelos ossículos mobiliza um líquido localizado no interior da cóclea e assim estimula as células ciliadas. Estas, por sua vez, transformam estes movimentos em atividade neuroelétrica que é levada até o cérebro, onde os sons são decodificados e interpretados. O vestíbulo e os canais semicirculares são parcialmente responsáveis pelo nosso equilíbrio. Observe a imagem:

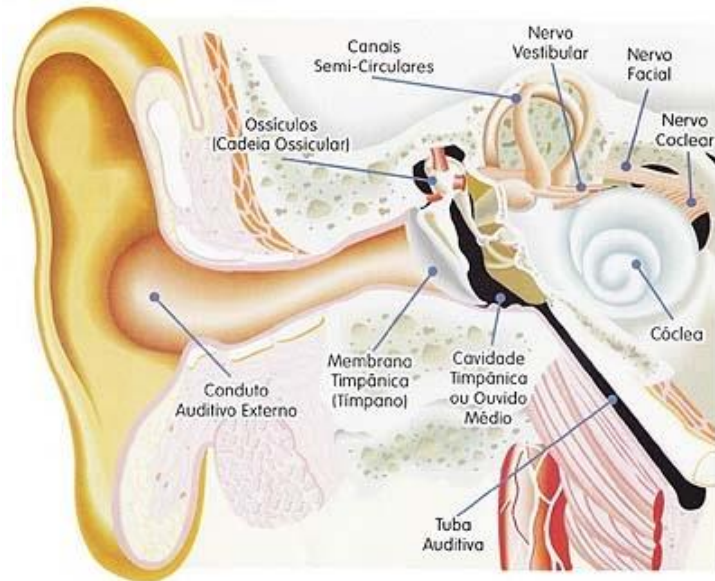


Imagem retirada do site (<http://www.infoescola.com/audicao/coclea/>)

Existem graus de intensidade das perdas auditivas (Davis e Silverman – 1970). Dependendo da causa da surdez o indivíduo pode apresentar uma perda leve, moderada, severa ou profunda. Cada perda irá interferir na possibilidade ou não de a pessoa escutar determinados sons. Podemos classificar da seguinte forma:

- Audição Normal: 0 a 25 dB
- Perda Leve: 26 a 40 dB – escuta qualquer som desde que esteja um pouco mais alto.
- Perda moderada: 41 a 70 dB – dificuldade de escutar no telefone, apresenta troca fonética. Precisa de apoio visual. Há prejuízo na aquisição de linguagem e fala, necessitando de amplificação sonora.
- Perda severa: 71 a 90 dB – não escuta sons importantes do dia-a-dia: fala, campainha, telefone e TV. Escuta apenas sons fortes. Grande prejuízo na aquisição da linguagem necessitando de amplificação sonora, treinamento e educação bilíngue (língua de sinais/ língua portuguesa)

- Perda profunda: 91 dB diante – escuta apenas sons graves que transmitem vibração (avião, helicóptero, trovão)

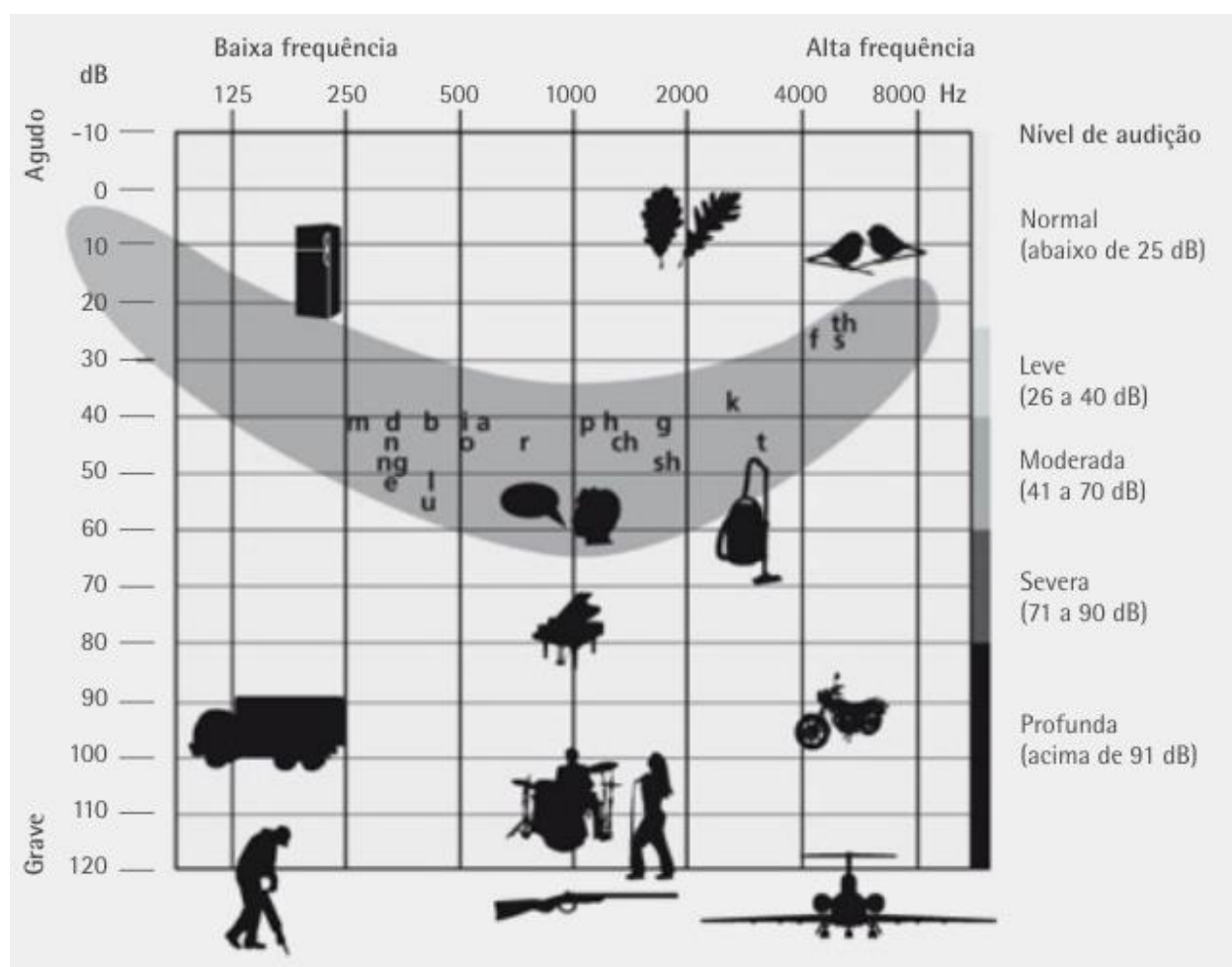


Imagem retirada do site http://www.phonak.com/br/b2c/pt/hearing/understanding_hearingloss/types_of_hearing_loss.html

0 a 130 dB – Decibéis – intensidade (de sons fracos a fortes)

125 a 8000 Hz – frequência(de sons graves a agudos)

Entre 40 e 60 dB, nas frequências entre 250 a 4000 Hz, estão todos os sons da língua, em conversações naturais.

1.1 - Causas da surdez

Vários fatores que podem causar a perda de audição. Isso pode ocorrer no período pré-natal, Peri natal (durante o parto) ou pós natal.

Pré natais:

A) Origem Hereditária:

1 – Não sindrômica – quando é somente surdez, não acompanhada de outras malformações – 70% dos casos. Pode ser por transmissão autossômica recessiva (pré-lingual); transmissão autossômica dominante (inicia tardiamente e, em geral, é progressiva)

2 – Sindrômica – quando vem associada a outras malformações – 30% dos casos. Aproximadamente 400 síndromes são associadas à deficiência auditiva.

B) Origem ambiental:

1- Infecção materna durante a gestação: rubéola gestacional, citomegalovirus, toxoplasmose, herpes, sífilis

2- Uso de drogas Oto tóxicas (drogas que alteram a cóclea e os vestíbulos alterando a audição e o equilíbrio)

3- Alcoolismo materno

Peri natais:

- Kernicterus (icterícia do recém-nascido); Parto traumático: demorado ou fórcipe;
Prematuridade: peso abaixo de 1.500 g; Anóxia/ hipóxia/ ventilação mecânica por 24 hs

Pós natais:

- infecções: meningite, e caxumba (causa mais comum da surdez adquirida unilateral);
uso de Oto tóxico; PAIR – perda auditiva induzida por ruído

1.2 -Concepções de surdez e de sujeito surdo

As concepções de surdez e de sujeito surdo variam, dentro da comunidade surda, dependendo de como e quando o indivíduo adquiriu a surdez. Variam também em relação a como o indivíduo se percebe enquanto sujeito surdo.

A perda da audição pode ocorrer no período pré lingüístico, até 2 anos de idade (antes de adquirir linguagem), ou pós lingüístico, após 2 anos de idade (após ter adquirido linguagem).

A pessoa que perde parte da audição após ter adquirido linguagem por meio da via auditiva, pode manter a capacidade de se expressar oralmente e se comunicar com as pessoas, desde que seja em ambiente calmo, onde uma pessoa fale de cada vez, fique de frente para possibilitar a leitura dos lábios e que receba treinamento por meio de atendimento fonoaudiológico.

A pessoa que nasce surda ou que perde a audição antes de adquirir linguagem, principalmente quando em grau severo ou profundo, na maioria dos casos, terá impossibilidade de adquirir linguagem oral de maneira espontânea por meio da via auditiva.

Na concepção da comunidade surda, a pessoa que perde a audição após ter adquirido linguagem por meio da via auditiva pode ser considerada deficiente auditivo,

uma vez que teve acesso a cultura e língua da sociedade ouvinte e pode continuar circulando no mundo dos ouvintes. Considera-se também deficiente auditivo aquele que tem uso da audição dificultada parcialmente. De uma forma geral, segundo Perlim (2000), esse grupo não se enquadra na cultura surda, visto que possuem um problema que pode ser superado pelo aumento de volume de som e/ou aparelhos de amplificação sonora.

Os termos, “surdo” e “surdez” são preferidos pela comunidade surda, que não deseja que seus membros sejam chamados “deficientes auditivos” ou se refiram à surdez como “deficiência auditiva”.

Em sua maioria, as pessoas que fazem uso dos termos deficiente e deficiência, acreditam que a surdez é uma doença que deve ser tratada, eliminada por meio de treinamentos auditivos e de fala, uso de aparelhos de amplificação sonora e implante coclear (Skliar, 2004).

Podemos entender, portanto que o uso do termo surdo ou deficiente auditivo aponta, também segundo Skliar (2004), para uma diferença de concepção da surdez:

1. Concepção clínico-patológica ou clínico-terapêutica: concebe a surdez como uma deficiência a ser curada através de recursos como: treinamento de fala e audição, adaptação precoce de aparelhos de amplificação sonora individuais, intervenções cirúrgicas como o Implante coclear. Nesse sentido, o encaminhamento é trabalho fonoaudiológico e escola comum, com o objetivo de “integrar” a pessoa surda no mundo dos ouvintes, buscando a sua “normalização”.
2. Concepção sócio-antropológica: concebe a surdez como uma diferença a ser respeitada e não eliminada. O respeito à surdez significa considerar a pessoa surda como pertencente a uma comunidade minoritária com direito a língua e cultura próprias. A língua da comunidade surda é a língua brasileira de sinais – libras e sua cultura esta diretamente ligada ao fato de os surdos terem acesso ao mundo por meio da visão e não por meio da audição.

O surdo quer ser visto como um sujeito que pertence a uma comunidade minoritária que merece respeito quanto a sua diferença linguística causada pelo seu déficit auditivo. Para a comunidade surda, a língua de sinais é sua primeira língua e a língua portuguesa, na modalidade escrita, é encarada como uma segunda língua.

CAPÍTULO 2 – UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Educação é parte integrante da vida do homem e da sociedade e, se for interpretada como influência espontânea e não intencional, pode-se dizer que existe desde que há seres humanos na terra.

A educação tem variado conforme as necessidades e aspirações de cada povo e cada época. A sociedade a que a educação se refere não é algo estático, definitivamente constituído, mas em contínua mudança e desenvolvimento. Nesse sentido, a educação tem a sua história que é a história da mudança e do desenvolvimento que a mesma tem experimentado ao longo do tempo, dos diversos povos e épocas.

A história da educação do surdo não foge a esta norma, aliás, é parte da educação, apesar de poucos livros fazerem referência a ela. Assim como ocorre com a educação geral, também na história do surdo observam-se diferentes tendências, marcadas não só pelos movimentos políticos, sociais, econômicos, como também científicos e tecnológicos.

Logo, nos deparamos, no decorrer da história com diferentes concepções de surdez e de sujeito surdo que permearam a escolha de diferentes abordagens da educação do surdo.

Podemos destacar três períodos para considerar a história da educação dos surdos no Mundo. No primeiro período, antes de 1760, os estudantes surdos eram educados particularmente. No segundo período, entre 1760 e 1880, estabeleceram-se as escolas para surdos. Havia um debate sobre qual dos dois métodos, oral ou manual, era o melhor. No Congresso de Milão, em 1880, venceu o método oral.

No terceiro período, a partir de 1880, três principais métodos têm sido usados: o método oral, o método escrito e o método que utiliza a língua de sinais. O método oral tem predominado.

Desde os primórdios da civilização, havia sempre a preocupação em possibilitar o acesso do surdo ao conhecimento. Porém, segundo Souza (2008, p. 69) a história mostra que “o objetivo da educação dos surdos sempre foi a oralização, como se, atingindo-a, o surdo se tornasse normal”. Portanto, o processo de oralização dos surdos sempre foi a grande preocupação dos educadores ao longo da história da educação. Seja com o intuito de integrá-los com os ouvintes, ou ensiná-los a educação básica e algum trabalho manual, dentro de uma escola especial o foco central da escolarização de surdos sempre foi a “desmutização”.

Entretanto, o estabelecimento de uma relação inseparável entre audição e fala, uma vez que se acreditava que ambos tinham a mesma origem no cérebro, associado à crença de que entre os órgãos de percepção, a audição era considerada o mais importante, levou os gregos considerarem os surdos desprovidos de razão, o que tornava sua educação uma tarefa impossível. Aristóteles foi “acusado” de manter o surdo na ignorância por dois mil anos por ter declarado o ouvido como o órgão de instrução e ter considerado a audição o canal mais importante para a inteligência.

Esta visão só se modificaria, no século XVI, quando, por interesse da nobreza em manter a herança e o poder, famílias de classe mais abastada contrataram tutores, geralmente médicos ou monges, com o objetivo de desenvolverem fala nos seus descendentes surdos. Embora usando diferentes estratégias (escrita, sinais ou práticas medievais), o objetivo era o mesmo, que os surdos falassem e assim fossem considerados capazes.

A educação pública para surdos teve início com Abade de L'Épè, a partir de 1760, na França, que atribuiu grande valor aos sinais, usando-os para a instrução de seus alunos, com sucesso, o que fez com que os surdos mostrassem que podiam ser humanos mesmo sem falar. Seus alunos foram multiplicadores da Língua de Sinais Francesa por todo o mundo.

A partir do momento em que se considerou a surdez como desvinculada da mudez, especialistas passaram a classificá-la e com o desenvolvimento tecnológico

equipamentos foram inventados para promover o treinamento auditivo e ampliar as possibilidades de oralização do surdo.

Assim, a valorização da língua oral foi se tornando cada vez mais enfatizada até que, em 1880, com o Congresso de Milão, esta foi a forma instituída mundialmente para se educar os surdos e integrá-los na comunidade ouvinte.

Cabe ressaltar que a Itália, à época do Congresso, estava em processo de unificação com a integração de diversos estados e reinos da península Itálica. Em função desses acontecimentos, a Itália foi atingida por uma onda nacionalista que trazia o desejo de uma unidade cultural e linguística do país. A Língua de Sinais dentro desta perspectiva apresentava-se como mais uma e diferente unidade linguística e por isso as línguas de sinais foram tratadas dessa forma durante o Congresso. Estabeleceu-se, assim, uma visão médica ou clínico-patológica.

Os sinais foram marginalizados, excluídos da educação do surdo, eram usados de forma escondida entre os surdos durante muitos anos. Somente no final da década de 60, quando os primeiros estudos linguísticos atribuíram estatuto de língua às Línguas de Sinais, e os resultados com o uso do oralismo se mostraram insatisfatórios, é que os sinais voltaram a ser contemplados na educação do surdo.

Podemos fazer uma caricatura do significa esta "desmutização". Era como se da fala, dependesse toda a aprendizagem da criança. Todo e qualquer conceito deveria passar antes pela fala. O aluno poderia saber o significado de pato, saber desenhar um pato, escrever e ler a palavra pato. Mas enquanto ele não falasse aquela palavra de nada adiantava seus conhecimentos. Ele deveria, antes de mais nada, saber falar pato.

Segundo Souza (2008, p.69) "a escola para surdos se transformou, de um espaço para o ensino, em um lugar onde as crianças aprendiam a falar". Ao invés de se utilizar o tempo da escola especial para ampliação de conhecimento de mundo e conteúdos escolares iguais às das crianças comuns o foco da escola era ensinar a falar.

É óbvio que esse foco e anos de má qualidade de educação acarretaram grandes mazelas na formação de várias gerações de surdos ao longo dos anos: com a evasão

escolar, o surdo não conseguia, diferente de outros deficientes e por conta das limitações na comunicação, galgar patamares maiores na educação (universidade) e na vida profissional.

Um exemplo disso é o relato emocionante de Maria Inês da Silva Vieira, em sua dissertação de Mestrado, explicando o porquê da sua escolha para trabalhar com surdos, enquanto atuava junto ao vestibular da PUC-SP, na década de 70. Foi delegada a ela, a sala dos casos especiais onde todo tipo de deficiente (cego, paraplégicos, disrítmicos, acidentados) deveria prestar o vestibular. Segundo Vieira (2000, p.1) “ durante esses quatro anos, e mais outros três em que trabalhei só no período de aplicação das provas, nunca tivemos um surdo ou pelo menos nunca foram identificados no ato da inscrição, para prestar vestibular na PUC-SP”. Percebe-se, portanto, que o surdo não conseguia chegar à Universidade.

A primeira escola para surdos no Brasil foi fundada em outubro de 1857, no Rio de Janeiro, pelo Imperador Dom Pedro II, com o nome de “Imperial Instituto de Surdos-Mudos”, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Para tal, foi trazido de Paris o professor surdo Edouard Huet que havia sido aluno do Instituto Nacional de Paris e que trouxe para o Brasil a Língua de Sinais Francesa.

Huet é considerado o introdutor da Língua de Sinais no Brasil, mesclando a Língua de Sinais Francesa com os sinais que já eram utilizados informalmente pelos surdos brasileiros. Deve-se ressaltar que o INES se tornou um pólo de concentração de surdos no Brasil, pois alunos de diversas regiões do país para lá se dirigiam em busca de educação e formação.

Somente em 1929 foi fundada a primeira escola para surdos de São Paulo, o Instituto Santa Terezinha, com o objetivo de oferecer educação para meninas surdas em regime de internato, uma vez que o INES só atendia meninos. Em 1954, foi fundado o Instituto Educacional São Paulo – IESP, por iniciativa de pais de crianças surdas. Na mesma época foram fundadas outras instituições para surdos em outros estados do Brasil.

Na década de 70, a Educação Especial passou por um processo de grande ampliação em todo o Brasil, com a criação de classes e escolas especiais públicas, juntamente com o crescimento da rede privada de escolas de educação para surdos. Esse crescimento culminou com a criação de serviços de Educação Especial em todas as Secretarias Estaduais de Educação.

CAPÍTULO 3 – ABORDAGENS EDUCACIONAIS UTILIZADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS SURDAS

Podemos afirmar que ao longo da História da Educação de Surdos, observam-se diversas abordagens no trabalho com crianças surdas. Destacam-se por serem as mais utilizadas as abordagens orais, Uni sensorial e Multissensorial, a filosofia da Comunicação Total e o Bilinguismo.

3.1 - Abordagens orais

Caracterizam-se pela ênfase na amplificação do som por meio de Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI) e no uso da fala. Pode ser uni sensorial ou multissensorial, dependendo do canal que é priorizado na recepção da linguagem.

3.1.1 - Uni sensorial

Preconizada por Doreen Pollack, argumentava que a criança deveria focalizar sua atenção no som, sem que a face ou as mãos a distraíssem. A visão não era enfatizada para que a criança pudesse desenvolver a audição e a fala sem a ajuda da pista visual.

A abordagem Uni sensorial, refere-se ao uso da percepção auditiva sem instrução formal da leitura oro facial e visa uma integração biossocial da criança em um ambiente normal.

Seu enfoque de desenvolvimento da função auditiva é evolutivo, são estabelecidas etapas por faixa etária, sequência ordenada procedida pela própria natureza. Assim, uma das premissas básicas do treinamento uni sensorial é que as crianças com audição limitada precisam da mesma base de experiências auditivas que as crianças com audição normal. Ouvir deve ser uma atividade constante.

3.1.2 - Multissensorial

A abordagem Multissensorial teve como seu mais importante representante Derek Sanders. Para ele a comunicação é um processo que envolve a integração de vários registros sensoriais. A preocupação é desenvolver ao máximo a habilidade de comunicação. A máxima comunicação para o deficiente auditivo ocorre quando a visão e a audição atuam de forma integrada.

Dentro desta abordagem oralista, o programa de reabilitação propõe que se deverá fortalecer a audição, com treinamentos auditivos. Entretanto, se for constatada grande fraqueza na pista auditiva há a possibilidade de se contornar essa fraqueza utilizando outras pistas sensoriais como a visão. Enfatiza, portanto, o aumento do fluxo total de informação, redundância, em vez da dominância de uma única via sensorial.

Deve-se destacar que apesar das abordagens orais, uni sensorial e multissensorial, não explicitarem a visão de surdo e surdez, elas refletem uma visão de surdez compatível com a concepção clínico-patológica uma vez que concebem a surdez como uma incapacidade, uma deficiência, que deve ser curada para se amoldar à norma, à sociedade majoritária, além de utilizarem comumente o termo “deficiente auditivo” para se referir ao surdo.

3.2 - Comunicação total

Nos anos 60 e 70, diversos estudos realizados principalmente nos Estados Unidos, chegaram à conclusão de que era necessário transformar o sistema educacional dos surdos e incorporar a Língua de Sinais na educação deles. Segundo Vieira (2000, p.72) “crianças surdas de pais surdos se saiam significativamente melhor na área acadêmica do que as crianças surdas de pais ouvintes” pelo fato de se comunicarem e utilizarem a Língua de Sinais com os pais em casa. Além disso, as crianças que possuíam conhecimento da Língua de Sinais adaptavam-se melhor à escola e

apresentavam melhor socialização em relação às crianças que não tinham conhecimento da ASL (Língua Americana de Sinais).

Logo, foram criados métodos combinados ou simultâneos, que utilizavam como apoio o alfabeto digital ou até mesmo a Língua de Sinais, entretanto com o objetivo ainda de melhorar a oralização das crianças surdas.

Dentro desses métodos, destaca-se a Comunicação Total, que na verdade, para alguns autores não é considerado um método, mas sim uma filosofia que respeita as necessidades individuais da criança.

Segundo Ciccone (1996, p.6-7) "... a Comunicação Total é uma filosofia para o atendimento e a educação do surdo, e antes de mais nada, implica numa maneira própria de ver o surdo... Longe de considerá-lo como portador de uma patologia de ordem "médica", esta filosofia educacional entende o surdo como uma pessoa, e a surdez como uma marca, cujos efeitos adquirem, inclusive, as características de um fenômeno com significações sociais".

A Comunicação Total inclui todas as modalidades de linguagem, ou seja, língua de sinais, alfabeto digital, gestos criados pela criança, amplificação da audição residual, fala, leitura labial, leitura e escrita, daí o termo "comunicação total" utilizado para descrever uma abordagem mais flexível no ensino de crianças surdas, no que diz respeito às possibilidades de comunicação apresentadas para a criança.

Entretanto, embora a Comunicação Total ter sido considerada uma Filosofia que respeitava as necessidades comunicativas da criança surda, na prática ela se tornou mais um método simultâneo que utilizava o vocabulário da Língua de Sinais e o organizava na ordem frasal da Língua oral, concomitantemente à fala, ou seja, tratava-se de uma só língua produzida em duas modalidades, o chamado bimodalismo. Cabe ressaltar que bimodalismo é diferente de bilinguismo, pois um utiliza duas modalidades para a mesma língua e o outro define-se pelo uso de duas línguas.

3.3 – Bilinguismo

A proposta do Bilinguismo foi motivada pela valorização da Língua de Sinais, pela reivindicação da comunidade surda do direito de usá-la e pelas pesquisas aprofundadas quanto à fonologia, morfologia, sintaxe e semântica da língua de sinais.

Outro fator que motivou a adoção da proposta Bilingue foi o movimento do multiculturalismo, onde as minorias étnicas como os negros, índios, latinos e pessoas com deficiência reivindicavam o direito de adotar línguas, credos, raças e culturas diferentes. Isso propiciou aos surdos a possibilidade de serem considerados como membros de uma sociedade minoritária, com língua e cultura própria.

No caso dos surdos, as diferenças dizem respeito aos aspectos lingüísticos, valores e atitudes que fazem com que a surdez seja vista como uma diferença e não como uma doença e estilos cognitivos, uma vez que a diferença está na forma de perceber o mundo pela via visual e de práticas sociais que se estabelecem pela forma da linguagem.

O Bilinguismo, como prática educacional, propõe que o surdo seja exposto a duas línguas, sendo a primeira a Língua de Sinais, e a segunda, a língua majoritária da comunidade ouvinte.

Segundo Moura (2000), na Suécia, um dos países que adotou o Bilinguismo, assim que a surdez é detectada e diagnosticada os pais são orientados quanto à diferença dos filhos e ao fato de estes pertencerem a um grupo minoritário com língua própria. Em seguida, pais e familiares ouvintes e seus filhos surdos, são colocados em contato com a comunidade surda, onde podem conhecer surdos adultos e aprender a língua. Aos quatro anos as crianças são encaminhadas para a Educação Infantil, onde todos os profissionais usam a Língua de Sinais e onde há pelo menos um professor surdo. Aos sete anos a criança passa para a escola de 1º. Grau onde se inicia a alfabetização, baseada na leitura de contos de fadas em Língua de Sinais, vídeos em sinais com o mesmo conto e comentários sobre a língua. A criança, nesse processo, faz a análise da língua escrita, comparando-a com a estrutura da Língua de Sinais.

A fala, dentro do Bilinguismo, não é vista como uma necessidade mas sim como uma possibilidade e as crianças podem ou não usar o Aparelho de Amplificação Sonora Individual.

CAPÍTULO 4 – BASES PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS SURDAS NA ESCOLA REGULAR

Neste capítulo, iremos abordar as bases para a Inclusão de Crianças Surdas na Escola Regular. Dou o nome de “Bases” para as decisões que profissionais da Educação e Familiares devem tomar, juntos, em relação à escolha do caminho educacional a seguir com uma criança surda.

Afirmo que não há uma receita pronta para a Inclusão ou para a Escola Especial. A escolha de um ou outro caminho depende de muitos fatores, que devem ser analisados com cuidado, sempre pensando no bem-estar e no pleno desenvolvimento da criança surda. Existem casos, portanto, em que a criança pode ser incluída desde pequena na escola regular, mas por outro lado, há inúmeros casos em que a escola especial é o único caminho para que criança tenha plenamente desenvolvidas as suas potencialidades.

Iremos dividir as bases para a inclusão de surdos em duas partes: orientações aos pais e orientações às escolas inclusivas.

4.1 – Orientações aos pais

Primeiramente é necessário que se faça uma criteriosa análise do caso levantando diversos aspectos (como causa, que parte do ouvido foi afetada, grau de perda). Com base nesses dados, confrontados com os anseios dos familiares deverá ser feito o encaminhamento necessário para o caso em questão.

A primeira pergunta que se deve fazer aos pais, é qual a causa da surdez. Dependendo do fator que a causou, poderemos entender melhor o que se passa com cada criança. Por exemplo, uma criança cuja mãe teve Rubéola na gravidez, e nasce surda, pode ter outros comprometimentos além da surdez. Uma criança que nasceu ouvinte e que teve meningite tem além da audição comprometida, o equilíbrio. Deve-se

ainda fazer um levantamento se há algum caso de surdez na família, algum parente distante ou próximo que também seja surdo, apontando como o fator genético o causador da surdez.

A segunda pergunta, destinada aos pais, é em relação a quando a criança perdeu a audição. Essa anamnese é muito importante, pois direciona objetivamente os caminhos a seguir para ter sucesso na educação dos surdos. A criança que perde parte da audição após ter adquirido linguagem por meio da via auditiva, por exemplo, pode manter a capacidade de se expressar oralmente e se comunicar com as pessoas, desde que seja em ambiente calmo, onde uma pessoa fale de cada vez, fique de frente para possibilitar a leitura dos lábios e que receba treinamento por meio de atendimento fonoaudiológico.

Já aquela criança que nasce surda ou que perde a audição antes de adquirir linguagem, principalmente quando em grau severo ou profundo, na maioria dos casos, terá impossibilidade de adquirir linguagem oral de maneira espontânea por meio da via auditiva.

A terceira pergunta é em relação ao grau de perda auditiva. Se a perda auditiva for leve ou moderada, a utilização do Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI) pode suprir a falta de audição e contribuir para o desenvolvimento da linguagem oral. Por outro lado, se a perda for severa ou profunda, o AASI pouco pode auxiliar no trabalho. Ao invés, disso, percebemos que as crianças ficam incomodadas com o uso do Aparelho pois ele amplifica sons sem significado. Não é raro nos depararmos com pequenos surdos que atiram seus aparelhos longe pelo incômodo que causam.

Cabe ressaltar que observo, em minha prática como professor de surdos, muita falta de informação em relação às famílias. Muitos não sabem a causa da surdez de seus filhos, ou tem uma vaga impressão do que possa ter acontecido com a criança. Muitas mães não sabem se ficaram doentes na gravidez, algumas, sequer fizeram os exames pré natais. Observam-se ainda muitos casos de casamentos consanguíneos, entre pessoas da mesma família, e que por vezes transmitem a surdez a mais de uma criança por desconhecimento e ignorância.

Muitos profissionais da área da saúde, durante esse período acabam atrapalhando e confundindo as famílias, pois indicam o uso de aparelhos e garantem para os pais que a criança irá falar. Muitas mães reclamam que demoraram a procurar outro tipo de atendimento porque simplesmente colocaram um AASI na criança, acreditando que um dia, ela aprenderia a falar.

São inúmeros os casos de fracasso escolar que chegam à escola especial. São famílias que seguiram os “*conselhos*” dos médicos, e colocaram aparelhos em seus filhos, ou então fizeram o implante coclear, na esperança de que a criança, a partir da utilização desses aparatos, pudesse aprender a falar. O que os médicos se esqueceram de falar é que dependendo do caso, o uso do AASI não acrescenta em nada para o desenvolvimento da linguagem de uma criança, com perda severa por exemplo.

O resultado, são crianças que chegam à escola especial com baixa auto estima, com histórico de fracasso na escola e na vida, pois não atenderam às expectativas de seus familiares, em relação ao aprendizado da fala. Além disso, chegam à escola com enorme déficit linguístico, emocional, social e cognitivo.

Por isso esse trabalho de conversa e orientação aos pais é muito importante. Os familiares devem entender, desde o momento em que é constatada a surdez, quais são as reais possibilidades lingüísticas da criança surda. Eles devem compreender que, dependendo dos casos, por mais esforço que se faça, a aquisição da língua oral é um processo muito árduo e difícil para o surdo, e que, para alguns deles, com resultados não muito satisfatórios.

Em contrapartida, existem diversos casos em que a criança surda apresenta uma perda leve, e com o auxílio do AASI, ela pode escutar e se desenvolver de maneira significativa na aquisição da língua oral. É preciso que as possibilidades da criança surda sejam claras aos pais, para que estes não despejem suas expectativas e frustrações na criança, atrapalhando assim o seu desenvolvimento.

Independente disso acredito que o processo de inclusão de uma criança surda na escola regular é complexo por conta da especificidade que carrega a surdez: a falta de

uma língua, por meio da qual os surdos possam interagir e construir conhecimento linguístico e de mundo.

No caso dos indivíduos surdos em que há impossibilidade de adquirir linguagem oral de maneira espontânea por meio da via auditiva, por exemplo, indica-se que sejam expostos à Língua de Sinais, desde cedo. Uma vez que a grande maioria dos surdos é filha de pais ouvintes que usam a Língua Portuguesa na modalidade oral, a qual o surdo não tem acesso, é somente no **espaço escolar** que ele terá a oportunidade de encontrar um ambiente linguístico que possibilite a aquisição da Língua de Sinais. Logo o mais indicado seria a escola especial.

Isso deve ficar bem claro para os pais. Para que a criança aprenda a Língua de Sinais ela deve conviver com pessoas que utilizem essa língua. Ela não só possibilita o desenvolvimento linguístico do surdo, como também o desenvolvimento cognitivo, afetivo-emocional e social. A Língua de Sinais anula a deficiência linguística, conseqüência da surdez, e permite que os surdos se constituam como membros de uma comunidade linguística minoritária.

4.2 – Orientações às escolas inclusivas

O decreto no. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta o uso da Língua Brasileira de Sinais e da a possibilidade da escolaridade na Língua de Sinais.(Brasil, 2005) No capítulo V, artigo 22, este documento determina que: “as instituições federais de ensino, responsáveis pela educação básica, devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva por meio da organização de:

- I – escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- II – escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da

singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Entretanto, sabemos que essas escolas não existem. O que existe, em alguns casos, é o trabalho do intérprete de Língua de Sinais, cuja função é transmitir o que está sendo falado oralmente em Sinais. Não é ensinar Língua de Sinais. Devemos orientar os pais, no sentido de que esse trabalho funciona, quando a criança surda já possui a língua de sinais desenvolvida, ou seja, já conviveu com outros surdos e por meio da interação, aprendeu a língua de sinais.

O processo de inclusão dos surdos na escolar regular é um processo complexo que demanda muito mais fatores que simples colocação de um intérprete em sala de aula. É preciso considerar a Língua de Sinais como sendo a primeira língua do surdo e se responsabilizar por: propiciar a aquisição de Língua de Sinais para os alunos surdos e utilizá-la no ensino dos conteúdos escolares.

Além disso a escola deve abrir espaço para os pais conviverem com surdos adultos usuários da Língua de Sinais e aprenderem a língua. Somente assim, os pais, poderão atingir um nível de conhecimento da língua e da cultura da comunidade surda que lhes possibilitará uma verdadeira interação com seu filho.

Há alguns casos em que os pais optam por uma escola regular, mesmo constatando a impossibilidade de seu filho de aprender a falar. Ou ainda, existem casos em que não há nenhuma escola para surdos, em cidades do interior afastadas dos grandes centros urbanos, por exemplo.

Orienta-se que a criança frequente a escola regular com intérprete, mas que no contra turno, frequente um local de convívio sócio cultural com outros surdos, onde a Língua de Sinais, os aspectos culturais e de identidade da comunidade surda estejam presentes.

Existem outros casos de inclusão de surdos no Ensino Médio e na Universidade, onde a oferta e a possibilidade de Escola Especial bilíngüe é difícil ou não existe. Nessas

ocasiões, entretanto, considera-se que o surdo já passou pelas primeiras etapas da escolarização e da aquisição da língua de sinais, e além disso já tem interiorizado o que significa ser uma pessoa surda num mundo ouvinte. Ele já apresenta o conceito de identidade surda, já tem a noção de suas possibilidades e limitações. Já pode lutar por seus direitos, como por exemplo, garantir a presença do intérprete em sala de aula, ou ainda, pedir para trocar de intérprete se este que lhe foi dado não é bom.

Recomenda-se que o professor de sala regular que recebe o aluno surdo, tenha noções básicas de Língua de Sinais, para possa dialogar diretamente com o aluno, sem a utilização do interprete. Desta forma, ele contribui para que o surdo se sinta parte integrante do grupo. Recomenda-se também que os colegas aprendam a se comunicar com o surdo em sua língua de sinais.

Fica clara, portanto, a necessidade de uma adequada formação ou preparo para os professores de maneira geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou esclarecer alguns aspectos em relação à inclusão de crianças surdas no contexto escolar regular. Definiu-se o conceito de surdez e as

concepções de sujeito surdo. Foram abordadas a História da Educação dos Surdos e as abordagens Educacionais utilizadas para o desenvolvimento da criança surda, mostrando, dessa forma, o caminho que a educação dos surdos percorreu ao longo da História.

As abordagens oralistas, uni sensorial e multissensorial, visavam única e exclusivamente a “desmutização” do surdo, dentro do processo educacional. Ao invés de utilizarem o espaço da escola para desenvolvimento de diversos aspectos da criança surda, a escola se tornou uma espécie de local para terapia coletiva da fala, caracterizando-se dentro da visão clínico patológica (Skliar, 2004) da surdez.

As abordagens Comunicação Total e Bilingue, por outro lado, refletem a visão sócio antropológica da surdez (Skliar, 2004) uma vez que concebem a surdez como uma diferença a ser respeitada e não eliminada. O respeito à surdez significa considerar a pessoa surda como pertencente a uma comunidade minoritária com direito a língua e cultura próprias.

Mostrou-se ainda, que não se pode ser radical em relação à inclusão de surdos: nem todo caso de surdez demanda a colocação da criança na escola especial e nem todas as crianças surdas devem ou podem ser incluídas na escola regular.

Essa difícil decisão deve ser tomada pela família juntamente com a equipe pedagógica especializada em surdez, cujo papel é sempre escolher o ambiente escolar mais favorável para o desenvolvimento cognitivo, linguístico, social e afetivo da criança, do jovem e do futuro adulto surdo. É necessário conscientizar as famílias de que constatada a impossibilidade de adquirir língua oral de forma espontânea, o melhor local para que a criança surda se desenvolva é em uma escola especial, onde a Língua de Sinais se faz presente em todos os ambientes, ou seja, onde haja um ambiente linguístico, favorável para a aquisição de língua.

As escolas regulares que irão receber os alunos surdos devem valorizar a Língua de Sinais, a grande conquista da comunidade surda e proporcionar todos os conteúdos escolares nesta língua. A escola deve ter em mente que somente disponibilizando a Língua de Sinais de forma adequada, nos conteúdos escolares e no convívio com outras

crianças (mesmo que ouvintes) que utilizem a língua de sinais, a criança surda terá a possibilidade e a oportunidade de se desenvolver de forma adequada como uma criança ouvinte.

Diante desse quadro, fica explícita a necessidade de uma formação adequada do professor e de todos os profissionais da escola envolvidos no processo pedagógico de inclusão dos surdos.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Federal no. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005.

CICCONE, MMC. Comunicação Total: introdução, estratégias: a pessoa surda. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

Declaração de Salamanca.

MOURA, MC. O Surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PERLIN, G. Identidade Surda e Currículo. In Lacerda, CBF e Góes MCR (org.) Surdez – Processos Educativos e Subjetividade, São Paulo: Editora Lovise LTDA, 2000. P. 23-28.

SOUZA, NASCIMENTO e DAHER. Caminhos da Inclusão. Goiânia: Kelps, 2008.

SKLIAR, C. (org) Educação e Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 2004

VIEIRA, Maria Inês da Silva. O efeito do uso de sinais na aquisição de linguagem por crianças surdas filhas de pais ouvintes. – São Paulo: s. n., 2000. 132f. ; 30cm. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<http://www.infoescola.com/audicao/coclea/>

http://www.phonak.com/br/b2c/pt/hearing/understanding_hearingloss/types_of_hearingloss.html